

A Transição Política e a Trajetória Militar-Naval no Brasil e na Argentina

Cláudio de Carvalho Silveira (Dep. de Ciências Sociais e Educação-UERJ)

(Gedes / Unesp-Franca)

Introdução

Este texto trata da questão do relacionamento civil-militar através da transição política da ditadura à democracia no Brasil e na Argentina e do tema da educação, a partir da ótica civil e militar, na sociedade desses dois países. O texto é parte integrante da pesquisa feita pelo autor sobre a formação militar-naval no contexto atual, enfatizando as semelhanças e distinções entre os modelos brasileiro e argentino. Como se sabe, tem sido mais comum falar da situação dos militares latino-americanos a partir da situação dos Exércitos. Entretanto, ao longo de uma década, de modo pioneiro as ciências humanas / sociais brasileiras, temos nos dedicado a estudar especificamente a Marinha do Brasil (MB). Daí, as referências serão feitas, na maior parte, em relação ao caso desta Força e a sua coirmã platina, a Armada da República Argentina (ARA). Entendemos que, apesar da hegemonia e do protagonismo dos Exércitos na vida política dos países de nosso subcontinente, é oportuno dar relevância à situação das demais Forças Armadas (FFAA), pois elas também participam ativamente das questões nacionais nos períodos autoritários e democráticos. (Silveira, 2002 e 2005).

Assim, consideramos as trajetórias político-institucionais de acordo com o tipo de relação entre o Estado, as FFAA e a sociedade, se inserindo nas questões acerca do controle civil dos militares, do contencioso sobre o período ditatorial enfatizando a educação dos militares e civis para a defesa nacional no Brasil e na Argentina. Estes são aspectos menos favorecidos no cálculo da decisão política sobre o que fazer com a herança autoritária e o aprofundamento da democracia. Gostaríamos de lembrar que a questão da educação dos militares não pode ser vista apenas sobre o prisma técnico-pedagógico, que estabelece planejamento curricular e acadêmico. É necessário também que a formação militar se refira ao “ethos” político que deve prevalecer numa sociedade democrática. Para tanto é importante que a mentalidade militar e civil seja entendida e faça valer os procedimentos de condução política do poder civil.

Discorreremos brevemente sobre a institucionalização dos governos civis desde Sarney / Alfonsín a Lula / Kirchner e as decisões tomadas por eles sobre as FFAA e a sua relação com a sociedade civil. Nosso posicionamento é o de que na Argentina houve

e há maior influência do poder civil na tomada de decisões sobre a missão, preparo, emprego militar no regime democrático e no tratamento da herança do período ditatorial. Apesar de ambos os países apresentarem significativas diferenças na história, na cultura, no caráter da transição política e nas relações civis-militares, entendemos que nossa abordagem pode colaborar para enriquecer e valorizar o debate sobre a realidade brasileira.

A Trajetória Brasileira

Há cerca de vinte anos a transição política no Brasil ocorreu a partir da lógica distensionista do governo Geisel e da abertura política de Figueiredo, dentro de um projeto de retorno do Brasil à democracia. As oposições, por outro lado, lutavam por uma bandeira que incluía a eleição direta para presidente da República, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) e o fim da tortura e da censura, tentando contrapor-se ao projeto do governo castrense com alguma dose de participação popular através de diversas instituições da sociedade civil. Iniciava-se a Nova República com o governo de José Sarney como o primeiro presidente civil depois do golpe militar de 1964 que derrubou o presidente João Goulart e instituiu a ditadura até 1985.

A partir de então, a agenda democrática se impôs, procurando fazer com que o poder civil pudesse subordinar o poder militar, retornando a tropa aos quartéis. Entretanto, este processo não foi tão simples, pois o governo Sarney, sem legitimidade por causa do acaso de sua posse, buscou refúgio na tutela militar através da liderança política e da personalidade do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército Brasileiro (EB). Assim, as FFAA mantiveram o poder sem que ocupassem a chefia do governo. As marchas e contramarchas aconteceram Forças com a institucionalização da ordem democrática até a Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988 e a posse de Fernando Collor como o primeiro presidente eleito pelo voto da cidadania em 15 de março de 1990. Outros fatores, tais como o desmantelamento da “comunidade de informações”, com a extinção do Serviço Nacional de Informações e a normatização das eleições em todos os níveis de governo no país. O quadro político-institucional do poder civil frente à herança militar se completou com a promulgação das leis sobre os desaparecidos, da Política de Defesa Nacional (PDN) e da criação do MD (Ministério da Defesa), pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1999. Dentro deste contexto, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de existência difundida por quase todo o

continente americano, também deixou de ter maiores influências no discurso oficial do Brasil. Tal doutrina foi responsável pela estigmatização do termo “segurança nacional”, posto que, na democracia se adotou o termo “defesa nacional”, entendida aqui como uma política pública que deve ter a participação da sociedade política e da sociedade civil em sua construção.

Não se deve omitir também o problema da legislação sobre o acesso aos arquivos oficiais ao longo da história do país, inclusive do tempo da Ditadura Militar, que tem sido alvo da discussão no Congresso Nacional. Por exemplo, há cerca de 190 desaparecidos políticos, pertencentes a 300 famílias que não têm informações adequadas sobre eles; muitos combateram nas guerrilhas contra o regime ditatorial, como na região do Rio Araguaia, estado do Pará. Como afirmou o deputado federal Luis A. Greenhalg (PT-SP) a resolução deste assunto representa um “reencontro com a História e com a democracia” (Câmara dos Deputados, 2005) e (Senado Federal, 2005). A MB participou secundariamente da Ditadura e da transição pactada pelo alto, em função da conhecida hegemonia do Exército, assim com a Força Aérea Brasileira (FAB). Nem por isso, podem ser esquecidos o funcionamento dos órgãos de inteligência e repressão da corporação naval e a participação de seus oficiais-generais no governo autoritário, ainda que tal tipo de comportamento seja dito reprovável e pontual pelos seus chefes e analistas nos dias de hoje. Nisto se estabelece que a tônica da MB seja a defesa externa, com o perfil doutrinário e técnico-operacional desenhado a partir da segunda Guerra Mundial, sob a influência das Marinhas da Grã-Bretanha e dos EUA e com um dimensionamento de porte médio.

Entretanto, se olhamos a para a trajetória das FFAA e, especificamente, da MB com algum grau de aprovação e parcimônia, não podemos deixar de perceber que o desenho político-institucional decorrente da sua atribuição constitucional, leva-a a exercer tarefas controvertidas, que são relacionadas à segurança pública, operando nas grandes cidades e no campo, por causa da incapacidade dos governos estaduais, do oportunismo dos políticos, da inépcia do governo federal e das mazelas da cultura política nacional, os militares são utilizados como “polícia das polícias” e como *ultima ratio* para a resolução de possíveis crises institucionais em função da confusão estabelecida pelo artigo 142 da Constituição, com a expressão da “garantia da lei e da ordem”. Este problema resulta também na possibilidade de atuação no combater às “novas ameaças”, inclusive com a pressão dos EUA defendida pelos membros do governo e seus aliados (Saint-Pierre & Winand, 2003) e (Tibileti, 2003).

Por isso, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) foi levado a participar de operações, com o EB e a FAB para satisfazer aos clamores da opinião pública e das conveniências políticas, que representa um equívoco em relação ao preparo e ao treinamento militar. Registre-se aqui a reação do uso das FFAA nos acontecimentos de crise da segurança pública, em especial na repressão ao tráfico de drogas e à possibilidade de combate ao terrorismo, a não ser como apoio às polícias na área de inteligência. Assim, mesmo, a ingerência do MD é pequena, ficando a ação sob a responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional, cuja chefia continuamente tem sido exercida por um oficial-general do EB.

Outra questão relevante para pensar a situação da corporação naval brasileira e demais FFAA, foi a criação do MD e o seu desenvolvimento. Isto ainda é uma questão válida, porque as suas atribuições não descartam a autonomia das FFAA em áreas de sua administração e planejamento, como é o caso da execução do orçamento e a estrutura educacional. Isto vai além do perfil do ministro que ocupa o cargo, conforme se pode verificar nas distinções entre Elcio Álvares, Geraldo Quintão e José Viegas Filho. Por exemplo, a passagem de Alvares pelo cargo foi feita de maneira conturbada com denúncias de corrupção. Geraldo Quintão teve mais oportunidades de atender às necessidades administrativas do MD e os interesses da FFAA. Mesmo com a maior abertura à comunidade internacional de defesa e às organizações da sociedade civil, este ministro defendeu aumentos diferenciados para os militares e o seu sistema de previdência especial. Ele teve também a atribuição do envio de tropas ao Timor do Leste e não criou problemas quanto ao uso das FFAA nas ações complementares e subsidiárias, como nas ações de segurança pública.

De maneira geral, o ministro Viegas prosseguiu próximo à linha de seu antecessor, enviou tropas ao Haiti, contudo procurou resistir ao máximo o emprego das FFAA. Viegas teve a contribuição de pedir a alguns representantes do mundo civil, dentre os quais acadêmicos, para prestar consultoria a respeito de cenários prospectivos sobre a inserção do país no mundo, através da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais e da criação do seu setor de políticas de cooperação institucional. Foi importante também abrir as rodadas de debates em Itaipava, na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, para tratar dos temas de interesse nacional em defesa, com a presença de vários membros da sociedade civil, com do apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Banco Nacional do Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES). Neste evento, foram feitas quatro rodadas de exposição e debates entre os meses de setembro e dezembro de 2003; a saber: na primeira rodada, tratou-se da “Evolução do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança - uma estratégia para o Brasil”; na segunda rodada o tema foi “Conceitos de Segurança e Defesa: implicações para a ação interna e externa do Governo; a terceira rodada dedicou-se ao assunto: “O Brasil Diante dos Desafios Internacionais em Matéria de Segurança e Defesa; a quarta rodada foi “O Brasil no cenário Regional de segurança e Defesa”. Entendemos que este foi um procedimento válido, apesar de nossas restrições quanto ao seu formato, distinto do congênere argentino, posto que, no Brasil, os participantes eram escolhidos pelo MD, limitando o envolvimento de um número maior de possíveis interessados dos diversos segmentos sociais. Tampouco foi produzido algum documento, a não ser a disponibilidade dos textos dos participantes no portal eletrônico do MD. As próximas rodadas programadas foram por ora suspensas. Elas versariam sobre ciência, defesa e tecnologia, indústria de defesa, o papel social das FFAA e os recursos orçamentários para a defesa. Em nenhuma das ocasiões, os temas da educação militar profissional ou da educação de civis para e a defesa foi tratado de maneira específica, mesmo sendo um evento promovido pelo Ministério responsável pelas FFAA (Ministério da Defesa, 2003). Mas, pensamos que ainda há débitos no MD, como o próprio tema da educação militar no interior de cada uma das FFAA. Até mesmo a situação da ESG, vinculada diretamente ao MD, ainda não foi bem equacionada. Neste caso, deixou-se de articular uma estratégia de maior porte para a instituição, que está aquém do perfil da argentina Escola de Defesa Nacional (EDENA) ou da "National Defense University" (NDU) dos EUA. Contudo, um saldo considerado positivo, por nós tem sido dado pelo trabalho do Congresso Nacional, sobretudo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados (CREDN). Ao longo dos últimos anos, os deputados têm se tornando mais atuantes nesta área, promovendo debates abertos sobre o tema de defesa e o de política externa.

Os temas da defesa nacional (e da educação militar) também foram contemplados com um seminário sobre o tema em 2003. Neste episódio, a variedade das mesas considerou: As Idéias para uma Concepção Estratégica: a Defesa Nacional e o Projeto Nacional, a Ordem Mundial, Relações Externas e Poder Militar, a Estrutura Militar e os Imperativos de Segurança Nacional, o Papel das Forças Armadas na Sociedade Brasileira, a Centralidade da Questão nacional e a Defesa Nacional, a Educação, Formação, Cultura Militar e Sociedade, além do tema Segurança das

Fronteiras e o Contexto Sul-Americano; Controle Interno e Boa Vizinhança. Houve uma boa representatividade de civis (políticos, o ministro da defesa Geraldo Quintão, acadêmicos, empresários e militares, inclusive os Comandantes das Três Forças). Mais um fator importante para a divulgação do evento é que ele foi difundido para o país através da TV Câmara do Deputados e suas notas taquigráficas enviadas do portal eletrônico da instituição.

Consideramos igualmente importante a participação dos Comandantes das Forças, que apresentaram as atividades de preparo e emprego militar no atual cenário mundial e regional e as dificuldades de cada uma de suas Forças, chamando a atenção para as restrições orçamentárias que lhes obrigam a lidar com a precariedade e o risco de cancelamento das várias atividades e programas em andamento. Do mesmo modo, trataram das ações essencialmente militares e as atividades complementares e subsidiárias dos militares na vida nacional. Aqui cabe ressaltar a fala do comandante do exército, Gleuber Vieira, alertando para os riscos do emprego nas atividades relacionadas à segurança pública, sobretudo no combate ao narcotráfico nas grandes cidades, onde as FFAA “...podem auxiliar na solução, mas não são a salvação” (Vieira, 2003).

Outro aspecto tratado nesse evento parlamentar que podemos considerar válido (e especialmente significativo para os objetivos deste nosso trabalho), foi o tema da educação militar, por eminentes oficiais-generais da MB e do EB, mas houve a ausência de representantes da FAB e de educadores civis para discutir suas características e objetivos. Nesta ocasião o general Paulo César Castro apresentou o plano de modernização do ensino do EB para o século XXI, feito a partir de 1996, envolvendo sua estrutura, legislação, didática, metodologia, avaliação, recursos humanos, infraestrutura e o relacionamento com demais instituições sociais. Como representante da MB o vice-almirante Armando Vidigal, ex-diretor da Escola de Guerra Naval (EGN), discorreu a importância do conhecimento e o investimento em educação dentro de um mundo de incertezas, a capacitação crescente dos militares em todas as áreas como um fenômeno do mundo contemporâneo. Neste aspecto fez uma autocrítica, afirmando que há deficiências na formação humanística, dado o privilégio já tradicional das áreas de Ciências Naturais e Tecnologia. Contudo, defendeu a importância da História e de todas as áreas das Humanidades para a formação dos oficiais, como um aspecto fundamental a fim de entender o mundo em que vivem. Do mesmo modo, valorizou a importância de

universitários entrarem nas Forças Armadas para seguir carreira nos quadros de serviço, técnico, saúde etc, como ocorre na MB, dentre os quais, um grande número de mulheres, que têm mostrado uma grande competência e sensibilidade no exercício profissional, contribuindo para crescimento organizacional da corporação.

Prosseguindo o debate, em dezembro de 2004 a Câmara dos Deputados, juntamente com a sua congênere argentina, voltou a promover um seminário, desta feita tratando do tema da cooperação com a Argentina, do qual participaram também civis e militares com um perfil próximo dos seminários anteriores. A iniciativa foi considerada deveras importante pelos seus organizadores, mas, o impacto e a participação dos parlamentares brasileiros que têm responsabilidade no trabalho das Comissões de Defesa foi baixo e avaliado aquém das expectativas, dada a importância do tema para a melhora situação de cooperação e integração entre o Brasil e a Argentina.

Por esta razão, consideramos ainda bastante problemática a postura da classe política brasileira frente às questões de segurança internacional e defesa, que são assumidas ou não em nome das conveniências, sem maior tratamento do assunto como causa pública. Conforme se sabe, isto já foi sobejamente analisado por vários autores que pensaram a postura dos parlamentos latino-americanos, através dos seus avanços e dificuldades para lidar com a elaboração e a normatividade institucional da política de defesa no contexto do Mercosul. No caso da comissão brasileira, concordamos com a visão de que a sua atuação tem melhorado bastante, mas ainda temos um Parlamento longe do ideal na condução das questões de defesa, mormente na área da educação militar (Saint-Pierre & Rocha & Silva, 2004).

3.2 A Trajetória Argentina

As FFAA argentinas têm passado por algumas mudanças significativas nas últimas décadas de institucionalização da democracia e da experiência pós-Malvinas. É neste contexto que enfocamos nosso olhar para a ARA. Um importante relato intramuros sobre a missão desta corporação e a evolução do pensamento político-estratégico argentino foi feito para explicar a sua instrumentalidade em várias fases da história do país, apresentando os conceitos e doutrinas concernentes a cada fase. Assim a ARA a partir dos anos 90, vem tentando se organizar com o perfil de uma Marinha oceânica, para cumprir sua missão constitucional buscando contribuir com a projeção Argentina no mundo, rompendo o isolacionismo e participando de alianças

extracontinentais, operações de paz sem descuidar do controle do mar argentino para defender o país, estabelecer sua presença e projetar o seu poder. Para tal considerar as determinações político-estratégicas, o contexto da Revolução nos Assuntos Militares, a necessidade de segurança regional, a capacitação flexível frente às novas ameaças, a atualização de seus recursos humanos e materiais e a preparação para a prover e prever as operações navais em nome do estado argentino (Estado Maior General da Armada Argentina, 2004).

Notamos que, recentemente, houve todo um processo desde o estabelecimento da Lei de Defesa Nacional (Lei 23.554), nos baseando na argumentação de López, considerada também por Rodriguez (2004) · foi gerada de acordo com uma reforma doutrinária, representando o ponto de partida da subordinação militar ao governo civil, com as suas marchas e contramarchas. Outrora, as FFAA argentinas estavam sendo orientadas pela DSN, que não só determinavam as suas missões no plano externo, mas também condicionava o seu emprego no plano interno. Os aspectos relacionados à segurança e à defesa eram confusos e bastante influenciadas pelas ingerências e conveniências governamentais do momento. Com a nova legislação, as FFAA foram definitivamente estabelecidas para missões externas e a defesa nacional é vista pela sociedade política e pela sociedade civil como uma política de estado.

A despeito das diferenças e da existência de “partidos” militares, como os nacionalistas conservadores e autoritários e liberais, a história recente dos militares argentinos também manteve, como no Brasil, uma preponderância do Exército em relação às demais Forças no cenário político-institucional. Isto ajudou a definir um determinado perfil que tenha a perspectiva profissional como sendo de cunho nacionalista e corporativista. É importante perceber em que medida a profissão militar-naval argentina foi sendo construída com base em algum tipo de visão dos civis e dos militares, sobre a corporação. Ao fazer uma exposição da trajetória doutrinária dos militares argentinos percebe-se que houve distintos momentos, conforme retratamos a seguir, segundo López (1987).

Com a democratização, os governos Alfonsín e Menen procuraram subordinar as FFAA ao poder civil e por fim à influência DSN no seio militar, mas não deixaram de ter vários problemas, como no caso dos levantes de Aldo Rico e Seneldín, respectivamente em 1987 e 1988, e as questões decorrentes da Lei de Obediência Devida e a institucionalização da Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas

(CONADEP). Tais procedimentos contaram com algumas resistências de setores militares argentinos em se auto-depurarem.

As propostas de reforma das FFAA envolveram notadamente a educação e a sua fundamentação doutrinária, que passou a ser orientada para a preparação militar para atuar nas missões externas, desmilitarizando as questões de segurança pública e subordinando s militares aos civis. Mormente, todas as controvérsias dos governos Alfonsín e Menem, estes objetivos parecem ter logrado algum êxito, conforme está consubstanciado na Lei de Defesa Nacional, promulgada em 1988. O projeto político-institucional preconizava nos anos 80 a capacitação e a integração das FFAA argentinas com a sua finalidade voltada para o emprego no contexto internacional, evitando deslizes como os acontecimentos nas Malvinas. Assim, o próprio Ministério da Defesa (MINDEF) teria maior legitimidade e força para a elaboração e implementação do planejamento voltado para esse fim. As políticas de pessoal passariam a ser homogeneizadas para facilitar tal planejamento e a aplicabilidade das operações e o reforço dos exercícios combinados. Mas, a permanência de questões corporativas e autônomas permitiu que, na prática, cada Força fizesse a sua própria reforma, de acordo com as peculiaridades e interesses de cada uma delas.

O debate parlamentar em torno desse tema foi bastante intenso, o que incluiu as possibilidades de missões internas e externas dos militares, envolvendo o governo e as oposições, além das reivindicações da sociedade civil. Houve uma orientação para a organização de um sistema de defesa nacional, da política de defesa e da política da ciência e tecnologia voltada para a defesa. Além disso, havia a necessidade desestruturar os padrões ideológicos e culturais das FFAA. O resultado parece ter sido a melhoria da socialização e educação profissional-militar, que se estruturou no mérito, na disciplina, na aptidão e capacidade de renovação do pessoal. Tais mudanças da educação militar argentina possibilitaram a abertura das instituições castrenses aos civis e maior compreensão destes sobre a carreira e a identidade profissional militar, o que resultou nas tentativas de superar a ignorância tradicional que reinou em muito nos dois mundos durante um bom tempo. Um novo ordenamento institucional como esse pode criar um clima de maior confluência que confrontos entre os países do subcontinente e possibilitou a construção de parâmetros de defesa e segurança regional, sem que isso fosse confundido com segurança interna. As mudanças implementadas contribuíram para a “queda do Muro de Berlim” dentro do contexto latino-americano, separando claramente defesa nacional e segurança interna (Rodriguez, 2003a) . Entretanto, pode-se

observar que houve um refluxo no controle civil sobre os militares no governo do presidente De La Rúa, o que foi acompanhado do “fracasso no exercício de mando” e da “incipiente autonomia” dos militares no alcance de novas missões e funções. Isso se demonstrou na discussão proposta por alguns, a respeito do preparo e do emprego militar em missões internas. Este é o caso dos riscos sobre a infiltração terrorista da Al Qaeda, na Tríplice Fronteira, a partir do atentado ocorrido nos EUA em 11 de setembro de 2001 (López, 2003). Não obstante tais problemas, a montagem de um quadro político-institucional que pudesse ser efetivamente considerado adequado ao contexto democrático foi se desenvolvendo através da elaboração do *Libro Blanco* em 1999 pelos argentinos, onde, dentre outros aspectos chama à nossa atenção a explicitar da necessidade de intercâmbio, cooperação e integração regional na área de segurança e defesa. Tal publicação foi considerado como um “ponto de inflexão” na relação entre os civis e os militares e no aperfeiçoamento institucional, apesar de críticas (Sain, 2002). Os avanços institucionais esbarram em maior aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Nacional, na falta de conexão com o instituído legalmente e a situação política vigente e a existência de indefinições, contradições e anacronismos de percepção estratégica que necessitavam ser revistos pelo governo dentro de um novo contexto interno e externo. Particularmente, o autor chama atenção para as tentativas de remilitarização da segurança pública depois do 11 de setembro através da reestruturação operacional das FFAA, como a ARA e a da Prefeitura Naval e, ainda das tentativas de mudanças na legislação sobre o serviço de inteligência. Porém os caminhos adotados parecem indicar uma melhoria da situação, com o tratamento da defesa como uma política de estado e conforme indicam as intenções do documento de *Revisión de la Defensa 2001* e com o projeto *La Defensa Nacional en la Agenda Democrática*, feito pelo atual governo. A expectativa é grande, mas deve-se esperar pelos resultados em função das condicionantes políticas e da capacidade de condução do poder civil.

É certo dizer que, apesar disso, o quadro de ordenamento institucional se completou em 1999, posteriormente à promulgação de outras peças jurídicas importantes, tais como a Lei de Segurança Interna, de 1991, a Lei do Serviço Militar em 1994 e a Lei do Recrutamento Militar em 1997. Tal contexto representou a necessidade da adaptação aos novos tempos, de acordo com a perspectiva de valorização da democracia. Neste contexto, verificamos que uma nova mentalidade teve que ser adotada no âmbito civil e militar. A cultura militar foi reformulada de uma postura isolacionista para a aceitação da supremacia da democracia. Para tanto, não somente o

Poder Executivo, mas também o Poder Legislativo e o Poder Judiciário deram uma grande contribuição. Isto possibilitou a construção de consensos dentro do Congresso, que passou a agir protagonicamente na valorização e na aplicação da defesa como uma política pública. As resistências civis e castrenses, assim, puderam ser mais facilmente quebradas (Martinez, 2002).

Outro ponto importante foi a participação da sociedade civil nesse contexto, através das ONGs, imprensa, universidades e partidos políticos. É extensa a lista de eventos e associações civis que estiveram presentes nos debates. Neste caso, é significativo registrar a ausência da maioria das universidades públicas, que permaneceram no cultivo do antimilitarismo acadêmico, fruto dos descaminhos institucionais do passado recente. De todo modo, algumas iniciativas importantes foram feitas no campo educacional, como o intercâmbio entre a Universidade de La Plata e a ARA para a formação dos seus oficiais no setor acadêmico. Outras universidades, como a Universidade del Salvador, Universidade Torquato di Tella, Universidade Católica e a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidad de Buenos Aires (UBA) tem dado a sua contribuição.

A contribuição das universidades civis se deu ainda da formação dos oficiais em disciplinas e áreas de conhecimento existentes no sistema de ensino e aplicáveis ao mundo profissional militar. Tal fato contribuiu para a melhoria das condições no relacionamento entre civis e militares, criando um impacto positivo no ensino castrense e no acadêmico. Este aspecto é visto por nós como bastante importante porque não só economiza recursos materiais como também amplia as possibilidades da sedimentação da idéia de que a defesa é uma política pública, que possui vários pontos de contato com as diversas áreas da formação técnico-profissional existentes na vida social. O uso de pessoal civil na formação dos militares é um ganho para ambos os setores porque promove maiores condições políticas de respeito mútuo, às instituições democráticas e desfaz laços corporativistas dentro e fora dos quartéis. O funcionamento da educação como um fator de “reconciliação” entre militares e civis, na Argentina democrática, foi também admitida por Andrés (2002), segundo as exigências do Ministério da Educação, para o caso da realidade do Exército.

Em nosso entendimento, a crise econômica e política da Argentina nos governos de Fernando De La Rúa e Eduardo Duhalde também foi um cenário de confusão e temor dentro dos quartéis. Entretanto, o desdobramento dos acontecimentos possibilitou que não houvesse maiores abalos no enquadramento democrático. A passagem para o

governo de Nestor Kischner se deu sem traumas institucionais e com grande apoio popular. Esse presidente se encarregou de retomar alguns eventos do passado recente para mostrar à opinião pública e à classe política que as marcas –símbolo da repressão e do autoritarismo deveriam ser apagadas. Isto foi o que ocorreu na Escola Militar, ao retirar o quadro de Leopoldo Galtieri da sua galeria de comandantes. Com a mesma intenção, Kischner promoveu a criação do Museu dos Desaparecidos, nas dependências da Escola de Mecânica da Armada (EsMA), acompanhado de um comício de manifestação política de diversos segmentos da sociedade,. Onde o presidente discursou para uma enorme multidão ao lado do conjunto arquitetônico das escolas navais em Buenos Aires. No mesmo dia, outra multidão tomou a *Plaza de Mayo*, onde o movimento piqueteiro e as Avós da Praça de Mayo lideraram os protestos contra o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ainda lembraram as vítimas desaparecidas durante o Processo. No dia seguinte às manifestações, a situação político-institucional foi considerada normal, sem que a excitação política oposicionista e conservadora, ou mesmo os militares causassem problemas mais sérios. No tocante à situação política, na ARA as conseqüências foram a suspensão do expediente administrativo para evitar tumultos durante o comício, segundo a informação de seus integrantes, o professor Guillermo Montenegro (2004).

Gostaríamos de chamar à atenção par o esforço governamental e societário que tem havido na Argentina com o intuito der superar tais deficiências, assim como no Brasil, entretanto, com mais efetividade e progresso no campo do controle civil. Em 2003 o MINDEF, chefiado por José Panpuro, organizou, com o apoio do PNUD, uma série de debates, que foram consubstanciados no documento chamado *A Defesa Nacional na Agenda Democrática*. Tal produção visava o estabelecimento de princípios e perspectivas para a política de defesa. Aqui se estabeleceu que a mesma é um bem e de responsabilidade de todos, onde se pretende refletir sobre os diversos perspectivas em constante diálogo com a pluralidade dos atores envolvidos na vida nacional. O documento está calcado nos valores democráticos e nos interesses permanentes da nação Argentina e, visa contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade da vida política e institucional, contribuindo para a paz interna e externa no cenário regional e mundial. Vários participantes dentre civis (políticos, acadêmicos, advogados, servidores públicos e representantes da sociedade civil), além de militares, fizeram parte do Conselho Assessor e do Conselho Acadêmico do evento. As mesas foram elaboradas da seguinte forma:

- 1) A Política Externa e Defesa Nacional.
- 2) O Papel da FFAA.
- 3) A Defesa e a Comunidade.
- 4) O Fortalecimento das Instâncias de Coordenação Conjunta.
- 5) O Instrumento Militar.
- 6) A Educação na Defesa.
- 7) A Economia da Defesa Nacional e o Desenvolvimento Científico-Tecnológico,
- 8) A Mobilização e Recursos.
- 9) A Inteligência e Defesa.

Os temas e questões foram tratados em conjunto com a estrutura institucional estabelecida no arcabouço da legislação concernente à defesa nacional e o *Libro Blanco*, que foi revisto em 2001. Dentre os itens listados gostaríamos de destacar que existem os temas de interesses vitais clássicos do estado-nação moderno e os itens que foram se consolidando ultimamente no século XX (democracia e direitos humanos, fortalecimento da ONU e da OEA, riscos da globalização). No caso dos interesses estratégicos chamamos à atenção para o desenvolvimento social sustentado com base de C&T e preservação ambiental, assim, como a promoção da defesa e integração no contexto Mercosulino, a preservação e valorização da ZPCAS, a busca pela paz internacional e a postura da nação Argentina frente às novas e velhas ameaças o futuro da região antártica, a projeção bioceânica do país.

Nestes termos, no âmbito sub-regional é manifesto que a Argentina busca a valorização e o fortalecimento do Mercosul ampliado com as finalidades de promover uma zona de paz de cooperação. Isto serviria como uma das bases de fortalecimento de um sistema de segurança hemisférico com a preservação das identidades nacionais próprias, além da estruturação de esquemas comuns a todos os países envolvidos, por conta da chamada “multidimensionalidade da segurança hemisférica”. Nesse documento não há maiores novidades na concepção das missões das FFAA, que estão voltadas para a defesa externas do país, para a qual devem desenvolver capacidades de alerta, reação, operação, deslocamento, com satisfatória formação e adestramento interoperabilístico e polivalência. Porém, consideramos importante assinalar que o texto do documento preconiza a necessidade da integração acadêmica para o levantamento dos pontos comuns de concepção estratégica Argentina com os seus vizinhos, em especial o Chile e o Brasil. Isto se coaduna com os esforços de uma ampla comunidade de pesquisadores, que vive se debruçando sobre o tema no continente americano e em outras partes do

mundo, com a promoção de atividades sobre segurança internacional. Este tipo de postura se repete no item sobre Defesa e Comunidade, onde se expressa que as relações civis-militares estão em amplo progresso no momento atual do país. A educação também é ressaltada por causa da integração necessária entre o ensino civil e o militar, através das universidades e empresas, assim como da expectativa do comprometimento do sistema de ensino com as questões de defesa. A ética militar e os direitos humanos são mencionados a fim de fortalecer uma moral republicana e aperfeiçoar a formação de praças e oficiais em áreas como Direitos Humanos, Direito Internacional, sobretudo no que se refere às operações de paz, na qual as universidades e as escolas podem dar uma contribuição ímpar e exemplar. Por isso também um aspecto que deve ser valorizado na educação militar-naval Argentina é a lógica da coordenação conjunta entre os órgãos responsáveis pela defesa e apresentada no referido documento. Haja vista o papel do CODENA, do EMC e do MINDEF. Este último não pode ser visto apenas como um intermediário entre os militares e o presidente da república. Ele é um órgão que possui atribuições claras na coordenação e direção, enquanto autoridade civil legítima para a administração dos recursos humanos e materiais de defesa. Do mesmo modo, é cobrado um papel mais pró-ativo do Congresso Nacional, embora haja todo um processo de mudança cultural que não pode ser feito de uma hora para outra. Aqui e nos demais setores, é importante incrementar e a capacitar o pessoal civil para o cumprimento das tarefas de planejamento e execução de defesa.

A educação para a defesa Argentina envolve todo um sistema de ensino argentino em todos os níveis. No patamar intermediário, (Ensino Médio) deve ser promovida para a juventude a disciplina de Formação Ética e Cidadã, na qual são abordados os tópicos sobre o tema. Enquanto isso, no patamar superior, as universidades e a Escola de Defesa Nacional (EDENA) têm uma função central. Isto pode ser exemplificado com o acordo entre a UBA e a EDENA para que os alunos do Mestrado de Relações Internacionais na linha de segurança e defesa, façam créditos específicos na Escola, enquanto que outros possam fazer os cursos oferecidos pela mesma no interior do país. Assim pode-se notar a relevância de uma instituição como essa, que, sendo subordinada ao MINDEF, prepara os civis e militares para o aperfeiçoamento profissional desejado, sem os ranços ideológico-doutrinários da Escola Superior de Guerra. A missão da EDENA está relacionada à qualificação de recursos humanos para a defesa enquanto uma política de estado, e a sua relação com as demais

áreas do serviço público, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação à população, segundo nos foi explicado pelo diretor da EDENA, Aníbal Laiño (2004).

Outra característica que consideramos importante nessa instituição se refere à prestação de assessoria permanente ao Ministério da Cultura e Educação (MCE) no planejamento e avaliação dos cursos existentes na área de defesa. Para a formação em defesa é correto e apropriado que as instituições universitárias das FFAA não sejam apenas dedicadas aos militares. Conforme o estabelecido pela legislação argentina, também os civis podem fazer parte dos seus cursos de graduação ou pós-graduação pois há uma integração dos mesmos ao sistema de ensino, que nesse nível está subordinado à *Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria* (CONEAU), assim como à estrutura educacional do país. Existe a possibilidade de unificação das escolas de guerra das FFAA argentinas, o que poderá ser feito a partir do sustentáculo de um criterioso estudo. Consideramos que tal possibilidade não só é válida sob o ponto de vista da economia de recursos, mas é fundamental dentro do enquadramento burocrático-administrativo para a ajuda de elaborar uma doutrina adequada aos interesses nacionais no contexto atual interno e externo. Do mesmo modo facilita a articulação com as várias instituições responsáveis pelo ensino e a capacitação científico-tecnológica do país.

Por fim, mais um fato que entendemos ser relevante para demonstrar a evolução organizacional na formação militar-naval argentina é a preparação da ARA para adaptar as embarcações de superfície para o recebimento de mulheres na tripulação dos seus barcos, uma vez que não há mais proibição para que elas sejam formadas como oficiais combatentes em todos os Corpos da ARA (Armada, Intendência e Fuzileiros). As únicas proibições são para os navios submarinos e a participação delas no quadro de infantaria (mas podem atuar na artilharia) do Corpo de Fuzileiros, denominado naquela corporação de *Infantería de Marina*. A primeira turma, com a presença de mulheres, se formará no final de 2006.

Em relação às trajetórias das duas corporações procuramos enfatizar aqui os pontos em comum e as diferenças existentes entre elas. A transição política para a democracia nos dois países se deu num contexto semelhante, por meio da luta de vários atores sociais e do esgotamento / fracasso do projeto ditatorial, com razões de política interna e política externa, relacionada aos marcos do conflito Leste x Oeste. Nos dois países a sociedade civil empreenderam uma luta política que teve avanços válidos para

alcançar a redemocratização e estabelecer demandas com base nos direitos humanos e nas reparações daqueles que foram considerados vitimizados pelo regime anterior.

Porém, dadas as distinções entre os tipos de transição para a democracia, com uma conotação especialmente traumática na Argentina, em função da Guerra das Malvinas e dos desaparecidos políticos, leva a imposição de uma agenda de resolução de contenciosos que cria maiores conflitos políticos e legais que no Brasil até os dias de hoje. Aquele país sofreu um embate com uma potência extracontinental importante e teve que suportar dois grandes levantes militares. O Brasil não teve em guerra contra nenhum país nem teve este grau de insubordinação golpista de suas lideranças militares. Na Argentina o número de pessoas desaparecidas nos porões da ditadura é estimado, mas, certamente bem maior do que os mesmos no Brasil. Há um número maior de feridas abertas na situação Argentina porque não houve o tipo de “esquecimento” como no Brasil, onde impera um consenso mais funcionalmente válido para contornar o enfrentamento de temas que despertam em muito a sensibilidade dos atores diretamente envolvidos e da opinião pública. Por isso, a questão do debate público e das decisões governamentais sobre a missão, o preparo e o emprego das FFAA é distinta. Na Argentina, as FFAA não se envolvem em missões internas; o mesmo não é o caso no Brasil. A partir de então, os argentinos estabeleceram suas intenções político-estratégicas no seu *Libro Blanco* e nos documentos legais que permitem um enquadramento formal mais satisfatório que o brasileiro, no tocante à racionalidade republicana e o estabelecimento dos mecanismos de controle civil objetivo. Assim, não tendo atribuições ligadas à política interna e possuindo menor autonomia para estabelece a sua administração, fica mais facilmente estabelecidos os vínculos com a sociedade no campo da formação militar-naval. A legislação infraconstitucional correspondente à reestruturação da profissão militar criou melhores condições para a montagem de vínculos legais da educação castrense ao sistema de ensino nacional argentino. De igual modo, houve maior participação governamental e societária no debate sobre a política de defesa e seus reflexos na formação militar-naval. Apesar da existência de algumas propostas, que podemos entender como “refluxos” na organização da ARA, a sua estrutura é mais racionalizada que a MB, no tocante à organização burocrático-administrativa, permitindo melhor coordenação e capacidade dos controladores políticos.

Na Argentina, a maneira como a educação para a defesa e a situação militar-naval foram pensadas, tem fundamentos explícitos e características mais integradas aos

outros ramos militares transparece que o envolvimento em a questões concernentes ao tema é mais profundo e eficaz que o brasileiro, apesar da existência de algumas deficiências que merecem ser eliminadas, com vistas à modernização de seus recursos matérias e humanos.

Referências Bibliográficas

ANDRES, R. E., **La Consolidación de los Sistemas de Defensa y Seguridad Mediante la**

Profesionalización del Instrumento Militar y la Idoneidad de los Mecanismos de Supervisión y Control (Caso Argentino), Seminario REDES, 2002, Brasília, DF, ago. 2002.

BAHIENSE, A . **A Liderança da MB nos Dias Atuais**, Rio de Janeiro, EGN, 2003, digit

DURAND, 2003 **La Universidad ante el Desafio del Liderazgo con Valores**, Seminario

Liderazgo INUN 2003, 1 CD-ROM.

FRASCH, C. A **Espíritu Militar**, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1999.

GRIFFITHS, J. **Futuro de la interacción de civiles y militares en materias de seguridad**

y defensa a la luz del actual escenario de seguridad internacional. Seminario REDES, 2003, CHDS/NDU, Santiago do Chile out 2003.

HUNTER, W. **Eroding Militar Influence in Brazil**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1977.

LÓPEZ, E, **Relaciones Civiles-Militares: pasado, presente y futuro**, Seminario Redes 2003 CHDS / NDU, Santiago do Chile, out. 2003.

MAGNELLI, J , **La Educacion Militar para um Mando Descentralizado**, Buenos Aires, Circulo Militar, 1993.

MARTINEZ, P. **La Reestruracion de las Fuerzas Armadas y el Rol del Congreso**, La Paz, CHDS/ NDU, 2002.

MINISTERIO DE DEFENSA - ESTADO MAIOR CONJUNTO DE LAS FUERZAS

ARMADAS **Estudio Comparado de Las Políticas de Defensa**, Buenos Aires, Centro de Estudios Estratégicos, 2003, p 247-248.

MIYAMOTO, S. **A Política Brasileira de Defesa e Segurança: algumas considerações**

www.defesa.gov.br/ Acesso em 29/11/ 2004.

MONTENEGRO, M.C. **La Modernización de las Fuerzas Armadas Argentinas: una**

reflexión desde la cultura organizacional y el aprendizaje, Seminário REDES 2003, CHDS/NDU, Santiago do Chile, out. 2003.

OLIVEIRA, E. R. de **Brasil Diante dos Desafios Internacionais em Matéria de Defesa:**

um enfoque hemisférico“in”www.defesa.gov.br/ Acesso em 29/11/ 2004.

RODRIGUEZ, G. **Aqueles Soldadinhos de Chumbo...: reforma e doutrina militar na**

presidência de Raúl Alfonsín através do processo de promulgação da lei de defesa nacional (1983-1988) , Dissertação de Mestrado em História, FHDSS—UNESP-Franca, 2004.

SAIN, M. F **El “Libro Blanco de la Defensa Nacional” en la Argentina: Logros y desafíos de la política de defensa y militar argentina en los comienzos del milenio.** Seminário REDES 2002 CHDS / NDU, Brasília, DF, ago. 2002.

_____ **Los Civiles y la Defensa Nacional en la Argentina** Seminário REDES

2003, Santiago do Chile, out. 2003.p. 4.

SAINT-PIERRE, H. L / WINAND, E. C. A . **A Questão da Defesa e as Forças Armadas**

Brasileiras nos Primeiros Meses do Governo Lula, Seminário REDES, 2003 Brasília, DF.

_____ / ROCHA, F. / SILVA, P. S. da, **Parlamento e Defesa: o caso brasileiro**

“in” FOLLIETTI, G / TIBILETTI, L. **Parlamento y Defensa en América Latina: el papel de las comisiones** , Vol 1 : Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, Buenos aires, Ser en el 2000, 2004. p.. 70-93.

SERAFINO, N. M. **Investigación y Análisis para los Parlamentos: manual práctico**, Washington DC, El Centro para la Democracia, 1997.

SILVEIRA, C. de C. **A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil: educação, profissão, pensamento estratégico (1978-2001)**. Tese de doutorado, IFCH-UNICAMP. 2002. digit.

_____ **A Formação Militar-Naval Brasil-Argentina no Contexto de**

Cooperação no Atlântico Sul, GEDES - CELA / FHDSS -
UNESP- Franca, 2005.

O Risco da Democracia: a intervenção militar na nova república,
Dissertação de Mestrado, IFCS-UFRJ, 1990.

STORNI, S. R **Intereses Arhentinos en el Mar**, Buenos Aires, Instituto de
Publicaciones

Navales, 1967.

SUN TZU **El Arte de la Guerra**, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1973.

TANNEBAUN, A. S., **Liderazgo: Aspectos Sociológicos**, Enciclopédia Internacional
de

Las Ciencias Sociales, Madrid, 1975, Tomo 6.

TIBILETTI, L. E., El Papel de las FFAA en Situaciones de Emergencia Política,
Económica y Social, Seminário REDES, 2003, CHDS/NDU, Santiago do Chile
out 2003.

VIEIRA, G. Hipóteses de Emprego na Determinação da Estrutura Militar: custos,
organização e dimensões no Exército , **Seminário Política de Defesa para o
Século XXI**, Câmara dos Deputados, Brasília, DF. 2003. p. 103 a110.

VILLANOVA, J. E. M. P, **As Forças Armadas e a Sociedade**, Rio de Janeiro, EGN,
2003, digit.

WEBER , M., **La Estructura del Poder**, Buenos Aires, La Pléiade, 1977.

Fontes Primárias

Documentos Oficiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Seção Ordinária da de 15 de março de 2005**, que
trata

da Medida Provisória 228/ 04, para regulamentar o acesso os arquivos sigilosos.

ESCUELA DE GUERRA NAVAL, Centro de estudos Estratégicos, [www.esgn.mil/
centro](http://www.esgn.mil/centro)

de estudios cstratégicosestudosrealizados.htm. Acesso em 03 de março de 2004.

ESTADO MAIOR GENERAL DE LA ARMADA, **Evolucion del Pensamiento**

Estratégico Naval Argentino, ESGN, Buenos Aires, 2004.

EXERCITO DE LA REPUBLICA ARGENTINA **Manual del Ejecicio de Mando**,
1969.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **Política de Defesa Nacional**, DOU, 30 de junho de
2005, Brasília, DF.

SENADO FEDERAL, **Seção Solene em Comemoração aos Vinte Anos da
Redemocratização do Brasil**, Brasília, DF, 15 de março de 2005.

Entrevistas

Argentina

Entrevista com o professor Aníbal Laiño, concedida ao autor na cidade de Buenos Aires em 17 de março de 2004.

Entrevista com o professor. Guillermo Montenegro, concedida ao autor na cidade de Buenos Aires em 25 de outubro de 2004.

Brasil

Entrevista com o almirante-de-esquadra Mário César Flores, concedida ao autor, por correio eletrônico em 10 de março de 2005.

Jornais e Revistas

Começa Treinamento da Força de Segurança, **O Globo**, 10/05/2005.

Portais Eletrônicos

www.clarin.com

www.defesa.gov.br/ciclodebates/ciclodebates/htm.

www.esgn.ara.mil.ar/centrodeestudios_estrategicos.htm.

www.exercito.gov.br

www.mar.mil.br

www.mec.gov.br

www.observatorioconosur.com.ar